



DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS SOCIAIS E JURÍDICOS DA ADMINISTRAÇÃO (FSJ)
CURSO : MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO
DISCIPLINA : **Desafios político-institucionais da regulação no Brasil**
PROFESSOR..... : REGINA SILVIA PACHECO

SEMESTRE: 1º/2005

PROGRAMA

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Dentre as várias transformações por que vem passando o Estado brasileiro na última década, a regulação surge como um campo transversal que alcança várias políticas públicas. Nos setores de infra-estrutura, a regulação visa promover a universalização do acesso aos serviços e a competição em áreas de monopólios naturais. Na área social, a regulação abrange os direitos dos usuários e a qualidade dos serviços. Também na área econômica e nas atividades de gestão da máquina pública, os aspectos regulatórios têm assumido importância crescente. Nesta perspectiva, a regulação não é mais uma nova política pública, e sim um campo de atuação abrangente por meio do qual as relações entre Estado, mercado e sociedade serão transformadas – ou traduzidas.

Enquanto que a maioria das análises vem ressaltando os aspectos econômicos da regulação, a disciplina pretende apresentar e discutir seus aspectos político-institucionais. Serão enfatizados os desafios para o avanço da regulação no Brasil, face às características de seu sistema político e institucional, em especial:

- as relações entre o Executivo e o Legislativo e seus impactos para a problemática da regulação e da atuação de agências reguladoras independentes;
- a predominância do controle hierárquico, e as resistências enfrentadas para sua substituição por novas formas de controle, como o controle social e o controle por *stakeholders*;
- a questão da responsabilização dos formuladores de políticas, regras de transparência, credibilidade e *enforcement*;
- a falta de clareza sobre competências de cada esfera de governo, marca do federalismo brasileiro.

A disciplina discutirá o caso brasileiro à luz da literatura relativa à experiência internacional.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

- controles de leitura e trabalhos parciais, inclusive projeto do paper final: 40%
- trabalho final: 60% - individual ou em dupla, sob a forma de artigo, a ser encaminhado para publicação em revista especializada. Projeto do *paper* apresentado e debatido um mês antes do prazo final; texto final distribuído e debatido em classe.

BIBLIOGRAFIA

Abranches, Sergio (1999) “Reforma regulatória: conceitos, experiências e recomendações”. *Revista do Serviço Público* 50(2):19-49 – abr/jun.

Brasil, Casa Civil (2003), “Análise e avaliação do papel das agências reguladoras no atual arranjo institucional brasileiro”. Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial.

Brasil, Presidência da República (1995) *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República.

Bresser Pereira, Luiz Carlos. (1998), *Reforma do Estado para a Cidadania - a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34, Brasília: ENAP.

Costa, Valeriano Mendes Ferreira (2002). “A dinâmica institucional da reforma do Estado: um balanço do período FHC”. In Abrucio, Fernando e Maria Rita Loureiro (orgs.) *O Estado numa Era de Reformas: os Anos FHC*. Brasília: SEGES-MP.

Elster, Jon (2000) *Ulysses Unbound: Studies in Rationality, Precommitment, and Constraints*. Cambridge University Press.

Farias, Pedro César Lima de (2002) “Regulação e modelo de gestão”. In *Balanço da Reforma do Estado*. Brasília: SEGES-MP.

Ferreira, Fernanda Meirelles e Rafael Oliva (2004). “Delegação e controle político das agências reguladoras no Brasil”. ENANPAD 2004.

Gelis Filho, Antonio (2004). “Análise do desenho normativo de instituições reguladoras de prestação de serviços”. 1º EnAPG-ANPAD 2004, Rio de Janeiro, novembro.



Gomes, Marcelo Barros (2003), “O controle externo das agências reguladoras no Brasil em perspectiva comparativa: lições, eventos recentes e desafios futuros”. VIII Congresso Internacional do CLAD, Panamá.

Majone, Giandomenico (1997). “The new European agencies: regulation by information”. *Journal of European Public Policy* 4(2):262-75.

Majone, Giandomenico (1999), “Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança”. *Revista do Serviço Público* 50(1):5-36.

Mashaw, Jerry (2004). “Judicial Review of Administrative Action: Reflections on Balancing Political, Managerial and Legal Accountability”. Draft. International Conference on Economic and Social Regulation, Accountability and Democracy, CEBRAP/FGV-EDESP, São Paulo.

Melo, Marcus André B.C. (2000) “Política Regulatória: uma revisão da literatura”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n° 50, pp. 7-44.

Melo, Marcus André B.C.(2001) “A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 116(46):55-68.

Melo, Marcus André B.C.(2002) “As agências regulatórias: gênese, desenho institucional e governança”. In Abrucio, Fernando e Maria Rita Loureiro (orgs.) *O Estado numa Era de Reformas: os Anos FHC*, pp.247-305. Brasília: SEGES-MP.

Mueller, Bernardo & Carlos Pereira (2002). “Credibility and the design of regulatory agencies in Brazil”. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 22, n. 3 (87), Sept 2002: 65-88.

Olivieri, Cecília (2004). “Regulação e federalismo: análise exploratória dos termos do debate”.

Pacheco, Regina Silvia (2004). “Agências reguladoras no Brasil: Ulisses e as sereias ou Narciso?” In Oszlack, Oscar e Nuria Cunill, *La responsabilización en el Estado: aspectos teóricos y epistemológicos*. Caracas: CLAD, no prelo.

Pacheco, Regina Silvia (2004a). “Agências reguladoras na infra-estrutura e na área social no Brasil: gênese e indistincões“. Texto apresentado ao XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, incluindo a programação “O Estado numa Era de Reformas: os anos FHC”; Caxambu, outubro de 2004.

Peci, Alketa e Bianor Scelza Cavalcanti (2000) “Reflexões sobre a autonomia do órgão regulador: análise das agências reguladoras estaduais”. *Revista de Administração Pública* 34(5):99-118 – set/out.

Pereira, Carlos, Nilson do Rosário Costa e Lígia Giovanella. (2001) "O jogo da regulação da saúde suplementar no Brasil". *Novos Estudos Cebrap* n° 60 – jul.

Pires, José Cláudio Linhares e Maurício Serra Piccini (1999). “A Regulação dos Setores de Infra-Estrutura no Brasil”. In Giambiagi, Fabio e Maurício Mesquita Moreira (orgs.), *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, pp. 217-60.

Salgado, Lucia Helena (2003) “Agências reguladoras na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional”. IPEA: *Texto para Discussão* n° 941.

Sancho, David (2003), “Regulación y agencias reguladoras independientes: elementos clave para la consolidación de su diseño institucional”. VIII Congresso Internacional do CLAD, Panamá.

Shapiro, Martin (1997), "The problems of independent agencies in the United States and the European Union". *Journal of European Public Policy*, 4 (2), June: 276-91.

Sunstein, Cass. (2004). “Constitucionalismo após o New Deal” in *Regulação Econômica e Democracia*. Editora 34. 2004. São Paulo

Thatcher, Mark (2002). “Regulation after delegation: independent regulatory agencies in Europe. *Journal of European Public Policy* 9(6):954-72.

Legislação - lei geral das agências; ante-projetos e projeto de lei do Executivo Federal (2003, 2004); parecer do relator.